EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026

De 16 de setembro de 2026.

Edital de pregão eletrônico para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de regularização e obtenção de outorga de uso de recursos hídricos, elaboração de projetos e execução de tamponamento de poços pertencentes ao Município de Boa Vista do Sul.

A PREFEITA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL/RS, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **eletrônica**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 11/2023, sendo este certame processado pela Pregoeira e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 017/2026, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **30 DE SETEMBRO DE 2026**

Horário: **09 horas**

Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br

Critério de Julgamento: Menor Preço Global.

Modo de disputa: Aberto

Impugnações e Esclarecimentos: até 25/09/2026

1. DO OBJETO:

É objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada, tudo conforme Termo de Referência, anexo, e as especificações abaixo:

ITEM Nº		Descrição Completa do Item	Qtde	Un	Preço Máximo Unitário R$	Preço Máximo Total R$
1	1.1	**Regularização e outorga de 7 (sete) poços artesianos, contemplando:** A) elaboração de projeto técnico dos poços, por profissional devidamente habilitado, com os estudos e levantamentos necessários à obtenção da outorga; B) amostragem das águas para análises físico-químicas e microbiológicas, incluindo coleta, encaminhamento ao laboratório e respectivos custos; C) ensaio de bombeamento/teste de vazão e elaboração dos estudos hidráulicos necessários; D) elaboração de relatório técnico, perfis construtivo e geológico, projeto operacional, relatório fotográfico e laudo hidrogeológico; E) execução das adequações construtivas, sanitárias, hidráulicas e operacionais necessárias ao enquadramento dos poços nos padrões exigidos pelo DRHS/SEMA-RS e SIOUT-RS, incluindo, quando necessário, adequação de laje de proteção sanitária, boca e vedação do poço, selo sanitário, hidrômetro, tubulações, registros, drenagem, cercamento, proteção contra contaminação e demais melhorias exigidas pelo órgão competente; F) fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos,	7	UN	7.050,00	49.350,00

ITEM Nº		Descrição Completa do Item	Qtde	Un	Preço Máximo Unitário R$	Preço Máximo Total R$
		ferramentas, peças, acessórios, transporte e demais insumos necessários às adequações; G) requerimento de outorga junto ao SIOUT-RS, incluindo apresentação dos documentos técnicos e atendimento de eventuais diligências e complementações; H) acompanhamento do processo até a obtenção da respectiva Portaria de Outorga; I) emissão das respectivas ARTs dos serviços executados. **Deslocamento e mobilização de equipe.** Elaboração dos projetos, estudos, levantamentos e documentos técnicos necessários à regularização e obtenção da outorga dos poços junto ao DRHS/SEMA-RS, por profissional devidamente habilitado. Execução de ensaio de bombeamento/teste de vazão, com levantamento dos parâmetros hidráulicos necessários, incluindo nível estático, nível dinâmico, vazão de operação, tempo de bombeamento e demais informações exigidas pelo órgão competente. Coleta e realização de análises físico-químicas e microbiológicas da água, incluindo acondicionamento, transporte, encaminhamento ao laboratório e todos os respectivos custos. Elaboração de perfil geológico e construtivo, projeto operacional, memória de cálculo dos parâmetros hidráulicos, relatório técnico, relatório fotográfico e laudo hidrogeológico. **Execução de todas as adequações construtivas, sanitárias, hidráulicas e operacionais necessárias à regularização dos poços, de acordo com as determinações do DRHS/SEMA-RS, SIOUT-RS e normas técnicas da ABNT, especialmente ABNT NBR 12.212 e ABNT NBR 12.244.** As adequações deverão compreender, quando necessárias, a construção, recuperação ou adequação da laje de proteção sanitária; adequação da boca do poço, tampa, lacre e vedação; adequação do selo sanitário e revestimento; instalação ou adequação de cercamento, abrigo ou proteção física; instalação de hidrômetro compatível com o sistema; adequação do sistema de cloração; drenagem e proteção contra entrada de águas superficiais, insetos, resíduos, animais e demais fontes de contaminação, bem como quaisquer outras adequações exigidas pelo DRHS/SEMA-RS para obtenção da outorga. **Mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas, peças, acessórios, transporte e demais insumos necessários à execução integral das adequações deverão ser fornecidos pela licitante vencedora.** Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, adequados à finalidade a que se destinam e atender às normas técnicas aplicáveis, não sendo aceitos materiais usados, remanufaturados ou recondicionados. A Contratada deverá realizar vistoria e levantamento das condições existentes de cada poço, identificando as adequações necessárias à sua regularização. As adequações construtivas deverão ser executadas de forma a garantir condições mínimas de proteção sanitária e operação do poço, sendo que a existência de laudos, ensaios ou demais documentos técnicos não substitui a necessidade de o poço encontrar-se fisicamente adequado. Quando necessária a instalação de hidrômetro, este deverá ser compatível com as características de operação do poço, devendo ser disponibilizadas as informações de fabricante, modelo, número de série, vazão nominal e diâmetro para instrução do processo de outorga. A Contratada deverá providenciar relatório fotográfico detalhado de cada poço, contemplando a situação inicial, as etapas das adequações executadas e a situação final, incluindo registros da laje de proteção sanitária, boca do poço, hidrômetro, sistema de cloração, abrigo, entorno e demais elementos relevantes. Após a execução das adequações e conclusão dos estudos técnicos, a Contratada deverá elaborar e apresentar toda a documentação necessária à solicitação da outorga junto ao SIOUT-RS, atendendo também às eventuais diligências, correções e complementações solicitadas pelo DRHS/SEMA-RS. A Contratada deverá acompanhar os processos de regularização até a emissão das respectivas Portarias de Outorga, realizando, sem custos adicionais à Contratante, as complementações técnicas e documentais necessárias relacionadas aos serviços contratados. A Contratada deverá apresentar ART do responsável técnico pelos projetos, estudos, ensaios, laudos, relatórios e demais serviços técnicos executados				

ITEM Nº		Descrição Completa do Item	Qtde	Un	Preço Máximo Unitário R$	Preço Máximo Total R$
		para a regularização e outorga dos poços, acompanhada dos respectivos comprovantes de pagamento. • Poço 01 – Rua Emancipação, s/n, Centro, Boa Vista do Sul.– Coordenadas: -29,3032°, -51,6605°– Cadastro SIOUT nº 2023/013.624; • Poço 02 – Sede – Coordenadas: -29,3486°, -51,6790°– Cadastro SIOUT nº 2023/013.621; • Poço 03 – Linha Carolina Alta; Coordenadas: -29,3820°, -51,6799° – Cadastro SIOUT nº 2023/015.114,; • Poço 04 – São Luiz de Castro III – Coordenadas: -29,3115°, -51,6437°– Cadastro SIOUT nº 2025/024.464; • Poço 05 – Travessa Estrada Geral Sede/São Luiz de Castro – Coordenadas: -29,3369°, -51,6669°– Cadastro SIOUT nº 2025/018.896; • Poço 06 – Sede II– Coordenadas: -29,3335°, -51,6663°– Cadastro SIOUT nº 2023/013.627; • Poço 07 – Linha David Canabarro – Coordenadas: -29,3519°, -51,6631°– Cadastro SIOUT nº 2021/019.028. Obs.: Caso as análises ou a avaliação técnica indiquem condição que impeça a obtenção da outorga, a Contratada deverá comunicar formalmente o fato e adotar as providências tecnicamente cabíveis que estejam compreendidas no objeto contratado. Comprovada a adequada execução dos serviços sob responsabilidade da Contratada e inexistindo providência adicional a seu cargo, será devido o pagamento correspondente, ainda que a outorga não seja emitida por motivo não imputável à Contratada.				
	1.2	**Elaboração do projeto de tamponamento de 03 (três) poços e aprovação do DRH/SEMA para execução da obra:** A) Caracterização do poço; B) Localização geográfica do poço; C) Fotografias da situação atual do poço; D) Perfil construtivo/geológico do poço; E) Especificações e procedimentos para o tamponamento (materiais, volumes, profundidade e etc.) F) Análise físico-química e bacteriológica da água dos poços exigida para tamponamento (condutividade elétrica, pH, nitratos, sólidos totais dissolvidos, coliformes totais e coliformes termo-tolerantes); G) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). **Deslocamento e mobilização de equipe.** Execução de tamponamento dos poços, de acordo com o projeto aprovado, determinações dadas pelo DRH/SEMA-RS e normas técnicas da ABNT, relatório fotográfico das etapas, para apresentação e registro após a obra junto ao SIOUTRS. **Nivelamento das estruturas com superfície do terreno.** **Mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas, peças, acessórios, transporte e demais insumos necessários à execução integral dos serviços deverão ser fornecidos pela licitante vencedora.** Todos os serviços deverão atender às normas técnicas aplicáveis, especialmente à ABNT NBR 12.212 e à ABNT NBR 12.244, bem como às normas de segurança do trabalho aplicáveis, incluindo a NR-18 e a NR-35, quando incidentes. A Empresa deverá possuir em seu quadro técnico ou contratar um técnico de SEGURANÇA DO TRABALHO para acompanhar os serviços em tempo integral e estabelecer diretrizes de segurança e saúde no meio ambiente de trabalho, abranger aspectos gerais como instalação sistemas de proteção contra quedas, e a necessidade de medidas específicas para o trabalho em altura, como o uso de pontos de ancoragem, que devem seguir o estabelecido na NR-35 que exige que as empresas forneçam equipamentos de proteção, realizem exames médicos, gerenciem a Análise de Risco (AR) e a Permissão de Trabalho (PT), e forneçam treinamento para os trabalhadores e também aborda o uso correto de equipamentos como cintos de segurança, trava-quedas e o sistema de ancoragem. Materiais (brita, areia e cimento, etc). Todos os materiais deverão ser novos, de 1ª qualidade e dentro das Normas ABNT- NBR, não serão aceitos materiais usados, remanufaturados ou recondicionados. *O tamponamento deverá consistir em duas etapas de realização. Primeiro deverá ser enviado o Projeto de Tamponamento, ao Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento que, após aprovado, poderá ser realizada a Obra de Tamponamento, sendo que a execução da Obra de tamponamento somente poderá ser realizada após a autorização, emitida pelo DRH, de aprovação do Projeto de tamponamento.	3	UN	4.837,00	14.511,00

ITEM Nº		Descrição Completa do Item	Qtde	Un	Preço Máximo Unitário R$	Preço Máximo Total R$
		*No projeto de tamponamento deverá constar: (a) Informar as profundidades dos preenchimentos com material inerte e com a pasta de cimento; (b) Quantificar o volume dos materiais a serem empregados; (c) Justificativa para a vedação do poço. *Independentemente do estabelecimento da profundidade em que se encontra a rocha sã ou mesmo da profundidade que porventura possa existir uma vedação sanitária, o preenchimento com cimento nunca deve ser inferior a 2 metros de profundidade a partir da superfície do terreno, para o caso de poços tubulares e ponteiras, preenchendo-se a parte inferior com o material inerte acima citado. *A saliência da captação existente acima da superfície do terreno deverá ser destruída, sendo que o local do poço após o lacre e tamponamento deverá ficar nivelado com a superfície do terreno. *Após a aprovação do Projeto emitida pelo DRH, a Contratada deverá executar a obra de tamponamento e, posteriormente, apresentar os seguintes documentos para a obtenção da Aprovação do Tamponamento: (a) Relatório descritivo detalhado de cada etapa do processo de tamponamento; (b) Documentação fotográfica detalhada de cada etapa do tamponamento e do local do poço tamponado após ser concluída a obra; (c) A Contratada deverá providenciar relatório fotográfico com fotos de cada fase do processo de desativação do poço artesiano que deverá ser entregue no final, conforme determinação do Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento, com uma cópia para a Contratante. *A Contratada deverá apresentar ART do responsável técnico pelos dados apresentados para a regularização – tamponamento, e seus comprovantes de pagamentos. • Poço 08 – 15 da Boa Vista - Domingos Poletto – Coordenadas: -29,3356°, --51,6514° – Cadastro SIOUT nº 2025/018.539-1. • Poço 09 – Tiradentes Sociedade – Coordenadas: -29,3330°, -51,6874° – Cadastro SIOUT nº 2025/024.506-1. • Poço 10 – Tiradentes 1 – Coordenadas: -29,3465°, -51,6816°– Cadastro SIOUT nº 2023/015.108-1.				
				Valor Global Máximo:		**63.861,00**

1.1. Todos os serviços deverão atender às normas técnicas aplicáveis, especialmente à ABNT NBR 12.212 e à ABNT NBR 12.244, além da legislação vigente, Lei Federal nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos), Lei Estadual nº 10.350/1994 (Sistema Estadual de Recursos Hídricos), Decreto Estadual nº 42.047/2002, Decreto Estadual nº 58.058/2025, Portaria SEMA nº 110/2018, Instrução Normativa SEMA nº 05/2023 e demais normativas pertinentes do DRHS/SEMA-RS.

1.2. A licitante vencedora deverá realizar todos os procedimentos de cadastro, solicitação de outorga, aprovação de projeto de tamponamento e registro de tamponamento exclusivamente por meio da plataforma do Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT-RS).

1.3. A licitante vencedora deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para cada poço regularizado ou tamponado.

1.4. A licitante vencedora deverá manter sob sigilo todas as informações técnicas e dados dos usuários acessados durante a execução dos serviços.

1.5. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a contratada deverá refazê-los observando as condições estabelecidas para a prestação. Em caso de irregularidade não sanada pela contratada, o contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

1.6. Será vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto deste processo licitatório.

2. DO CREDENCIAMENTO:

2.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

2.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br .

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.3. **Não poderão** participar desta licitação os interessados:

3.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

3.3.5. que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de dissolução ou liquidação, observadas as disposições legais aplicáveis;

3.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.4. Não será admitida a participação de sociedades empresariais que se encontrem reunidas em consórcio.

3.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.5.1.1. A assinalação do campo “não” produzirá os efeitos previstos no sistema eletrônico, conforme as regras deste Edital e da legislação aplicável;

3.5.1.2. A assinalação do campo “não” não impedirá a participação no certame, observadas as demais condições estabelecidas neste Edital.

3.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

3.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

3.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou aprendiz e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.8. O valor constante no Termo de Referência é máximo para esta licitação.

4.9. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos exigidos, conforme o caso.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias,** a contar da data de sua apresentação.

5.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 1,00 (um real).**

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a três segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances na licitação o **modo de disputa aberto,** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.18. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.19. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela pregoeira.

6.20. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.21. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.22. No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.23. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da pregoeira aos participantes do certame, publicada no http://www.portaldecompraspublicas.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.25. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se, quando cabível, o disposto nos Arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006.

6.26. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.27. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.28. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.29. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.30. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.31. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.32. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

6.33. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
b) empresas brasileiras;
c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.34. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.35. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.35.1. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.36. Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

7.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável, que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

7.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3.1. Para os serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração. Nas propostas cujos valores forem inferiores a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional, correspondente à diferença entre o valor da proposta e 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado, nos termos do art. 59, §§ 4º e 5º, da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.4.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta. A Administração poderá realizar

diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, nos termos do Decreto Municipal nº 022/2025.

7.4.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.4.3. A pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de, no mínimo, duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.3.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela pregoeira.

7.4.3.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela pregoeira sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6. Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.7. A pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.7.1. Também nas hipóteses em que a pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.8. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1. A proposta final readequada ao valor do último lance do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de, no mínimo, **duas horas** (prorrogável por igual período nas situações previstas no Item 9.4), a contar da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico, através de campo próprio no Portal de Compras Públicas, no formato PDF, em papel timbrado da empresa, que deverá conter, sob pena de desclassificação:

a) razão social da empresa, nº do CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contatos, nº da conta corrente, agência e respectivo Banco;

b) descrição completa e detalhada dos serviços;

c) preço unitário e total para cada subitem, indicado em moeda corrente nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação, que ocorrerão por conta da licitante vencedora;

d) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias da data da sessão;

e) data, assinatura[1] e identificação do representante legal da empresa.

8.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.4. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

8.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

8.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será aberto prazo para manifestação de intenção de recurso quanto a esta fase, nos termos do item 10 deste Edital.

8.10. Encerrado o prazo para manifestação de intenção de recurso, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

9.1. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.

9.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do(s) licitante(s) vencedor(es).

9.3. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

[1] *Observar o item 21.17 do Edital.*

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.4. <u>Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de, no mínimo, 02 (duas) horas após solicitação da pregoeira no sistema eletrônico, prorrogável por igual período</u>, nas situações elencadas a seguir:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pela pregoeira; ou

II - de ofício, a critério da pregoeira, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital.

9.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0

9.5.1. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.5.2. Constatada a existência de sanção, a pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS,** em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

9.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.9. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

9.9.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

f) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada.

g) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

9.9.2.1. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.9.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

9.9.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/OPERACIONAL:

a) Certidão de Registro da empresa no Conselho Regional competente, válida;

b) Certidão de Registro do(s) profissional(is) responsável(is) pela execução dos serviços no Conse-lho Regional competente, válida, devendo ser indicado, no mínimo, 01 (um) profissional legal-mente habilitado para a execução dos serviços, dentre geólogo, engenheiro de minas ou outro profissional cujas atribuições profissionais sejam compatíveis com o objeto, conforme a legisla-ção e o respectivo Conselho de Classe;

c) Prova de que o(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) mantenham **vínculo** com a empresa, mediante a apresentação de carteira profissional (CTPS), extrato do E-Social ou Contrato de Prestação de Serviço, no caso de vínculo empregatício, dispensado no caso de vínculo societário, o que será comprovado através do contrato social;

d) Comprovante de boa execução, por meio de pelo menos **01 (um) Atestado de Capacidade Operacional**, em nome da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou satisfatoriamente serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado, relacionados à regularização, outorga, dispensa ou tamponamento de poços e/ou atividades correlatas de gestão de recursos hídricos, contendo, no mínimo: nome da contratada e do contratante, período de prestação dos serviços e descrição dos serviços executados; e

e) Comprovação de que a empresa licitante tomou conhecimento de todas as informações técnicas e das condições dos locais onde se realizarão os serviços, nos termos do art. 67, inciso VI, da Lei 14.133/2021, através de **Declaração de vistoria** e pleno conhecimento dos locais dos poços, conforme Anexo III (ou dispensa de vistoria), sendo de sua inteira responsabilidade qualquer inadequação no dimensionamento de sua proposta.

Observação: Para realização da vistoria, a mesma deverá ser agendada previamente com a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Viação, pelo telefone (54) 9 9968-7458, devendo ser realizada até o dia anterior à data da sessão pública.

9.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.11. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.13. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.16. Em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina prevista na legislação aplicável para aceitação da proposta subsequente.

9.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DOS RECURSOS:

10.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.2. A licitante que manifestar a intenção de recurso no prazo, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir da data de intimação ou da lavratura da ata, para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes.

10.2.1. Caberá recurso, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação.

10.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.4. Os demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

10.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.7. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, após a sessão pública, importará decadência do direito de recurso, encaminhando-se o procedimento para homologação e adjudicação de seu objeto.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS,** sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para

adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

13.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

14.1. Após a homologação da licitação e esgotados todos os prazos recursais, será verificada a regularidade com a Fazenda do Município de Boa Vista do Sul. Caso a licitante vencedora possuir débitos, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para quitá-los, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Item 19 deste Edital e a não formalização do contrato ou instrumento equivalente, sob culpa exclusiva da licitante.

14.2. Sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato, conforme minuta constante no Anexo II.

14.3. O adjudicatário terá o prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

b) A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

c) A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.6. O prazo para execução das obrigações de responsabilidade direta da Contratada será de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço, conforme definido no Termo de Referência. O acompanhamento dos processos perante o DRHS/SEMA-RS até a emissão das respectivas decisões ou Portarias não ficará limitado a esse prazo quando depender de análise, diligência ou ato de terceiro, observando-se, quanto à conclusão do escopo, o disposto no art. 111 da Lei nº 14.133/2021, quando cabível.

14.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

14.8. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 14.7, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

14.10. A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do item 14.8.

14.11. As despesas decorrentes do presente Edital correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

ÓRGÃO	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS SERVIÇOS URBANOS E VIAÇÃO
UNIDADE	02	SETOR DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO
FUNÇÃO	17	Saneamento
SUBFUNÇÃO	511	Saneamento Básico Rural
PROGRAMA	0029	Água Potável para Todos
ATIVIDADE	2098	Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água
FR STN	500	Recursos não Vinculados de Impostos
CO STN	0000	Não se Aplica
FR GERENCIAL	0001	RECURSO LIVRE
3.3.90.39.16.00.00.00	8642	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS

15. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

15.1. Os preços inicialmente contratados serão reajustados pelo IPCA, observada a data-base vinculada ao orçamento estimado da contratação e o interregno mínimo de 01 (um) ano, na forma do art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser reconhecido nas hipóteses legalmente previstas, mediante comprovação do fato superveniente e de seu efetivo impacto sobre os custos da contratação, observado o art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

15.3. Não se aplica a repactuação de preços à presente contratação, por não se tratar de serviço com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra.

15.4. Os pedidos de reajuste ou de reequilíbrio deverão ser formalizados pela parte interessada e serão analisados pela Administração mediante a documentação comprobatória pertinente.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e no Memorial Descritivo.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:

17.1. Das obrigações da CONTRATADA:

a) Fornecer o objeto contratado de acordo com as especificações do Edital de licitação, responsabilizando-se pela exatidão dos fornecimentos, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades.

b) Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato para terceiros.

c) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, permitindo a este a verificação com exatidão de todas as informações, documento e processos pertinentes ao objeto, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo todas as solicitações de correção que se demonstrarem tecnicamente aplicáveis, caso ocorram.

d) Obedecer aos prazos e condições de entrega estipulados no Edital e cumprir todas as exigências editalícias constantes no contrato celebrado entre as partes.

e) Assumir como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer danos e prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução do presente objeto.

f) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte dos seus empregados, de todas as normas disciplinares determinadas pelo CONTRATANTE, substituindo de imediato, após a notificação, qualquer profissional considerado com conduta inconveniente ou prejudicial aos serviços.

g) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pelo CONTRATANTE, com qualidade e tecnologia adequadas, em observância às recomendações aceitas pelas boas técnicas, normas e legislações vigentes bem como comunicar intercorrências.

h) Obriga-se a disponibilizar para os serviços ora contratados pessoas disciplinadas e com experiência necessária.

i) Deverá responder por quaisquer danos e prejuízos, materiais e/ou pessoais, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, provocados por seus profissionais ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

j) Deverá responsabiliza-se, caso ocorra eventualmente a paralisação dos serviços por parte dos seus profissionais, pela continuidade dos serviços, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.

k) Deverá apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem cumprir a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente

licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

17.2. Das obrigações da CONTRATANTE:

a) Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do objeto contratado.

b) Acompanhar e fiscalizar o andamento das obrigações assumidas pela contratada, assegurando-se, de forma preventiva e corretiva, a correta prestação dos serviços.

c) Não permitir que outrem execute o objeto Contratado.

d) Aplicar penalidades e multas à CONTRATADA, mediante o devido processo legal, garantido a ampla defesa e o contraditório.

e) Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais.

f) Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização e que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

g) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço.

h) Verificar, em relação aos profissionais da CONTRATADA, o atendimento dos requisitos mínimos de qualificação profissionais exigidos.

i) Designar, durante a prestação de serviços, Fiscal de Contrato, visando o perfeito controle de atendimentos, de acordo com o Art. 118, de Lei 14.133 /2021.

j) Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos serviços prestados, nas condições e preços pactuados, à vista da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada depois de constatado o cumprimento de todas as formalidades e exigências contratuais.

18. DO PAGAMENTO:

18.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive a solicitada no Item 14.2 deste Edital;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

m) não assinar a ata de registro de preços, se for o caso.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 19.1 deste edital as seguintes sanções:

a) advertência, quando der causa à inexecução parcial do contrato, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor da obrigação em atraso, quando houver retardamento injustificado da execução;

c) multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida, nos casos de inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de penalidade mais grave quando cabível;

d) multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor total contratado, nos casos de inexecução total do contrato, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de penalidade mais grave quando cabível;

e) impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando do cometimento das infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do item 19.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando do cometimento das infrações administrativas previstas nas alíneas “i”, “j”, “k” e “l” do item 19.1, bem como pelas infrações previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento.**19.3.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 19.2 do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

19.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.6. A aplicação das sanções previstas no item 19.2 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.7. Na aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “e” do item 19.2 do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “f” do item 19.2 do presente Edital dependerá de instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de no mínimo 3 (três) servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.11.A sanção estabelecida na alínea “d” do item 19.2 será precedida de análise jurídica e observará e será aplicada pela autoridade máxima municipal.

19.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “l” do item 19.1. do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

20.2. A **IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.**

20.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

20.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

20.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

20.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

20.9. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela pregoeira.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.11. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

21.13. O Município de Boa Vista do Sul/RS, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

21.14. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

21.15. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

21.16. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

21.17. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital.

21.18. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço www.boavistadosul.rs.gov.br, ou na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Emancipação, nº 2470, Centro, Boa Vista do Sul/RS, CEP 95727-000, nos dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13h às 17h, no mesmo período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

21.19. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO; e

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU DISPENSA DE VISTORIA.

Boa Vista do Sul, 16 de setembro de 2026.

PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI
PREFEITA MUNICIPAL

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo n° 251/2026
DEFINIÇÃO DO OBJETO:

Natureza do(s) Objeto(s)			
( ) Aquisição de Bens	( ) Obra(s) de Engenharia	( ) Locação de Bens	( ) Concessão de Bens
( ) Prestação de Serviços	(X) Prestação de Serviços de Engenharia	( ) Alienação de Bens	( ) Permissão de Bens
( ) Prestação de Serviços com Regime de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra		( ) Fornecimento e prestação de serviço associados	

Tipo(s) de Objeto(s)			
( ) Bem(ns) Comum(ns)	( ) Bem(ns) Especiais	( ) Serviço(s) Comum(ns)	() Serviço(s) Especial(is)
( ) Obra(s) Comum(ns) de Engenharia		( ) Obra(s) Especial(is) de Engenharia	
(X) Serviço(s) Comum(ns) de Engenharia		( ) Serviço(s) Especial(is) de Engenharia	
( ) Informática - TIC		( ) Concessão/permissão de uso	
( ) Locações			

Modalidade sugerida	
(X) Pregão eletrônico	( ) Pregão presencial
( ) Pregão eletrônico – Registro de preços	( ) Pregão presencial – Registro de preços
( ) Concorrência eletrônica	( ) Concorrência
( ) Dispensa	( ) Inexigibilidade
( ) Concurso	( ) Leilão
( ) Chamamento/Credenciamento	( ) Chamada Pública – Merenda escolar

Regime de Execução do Objeto		
( ) Não se aplica	( ) Bem de pronta-entrega	( ) Fornecimento e prestação de serviço associado
( ) Contratação por tarefa	( ) Contratação integrada	( ) Contratação semi-integrada
(X) Empreitada por preço unitário	( ) Empreitada por preço global	( ) Empreitada integral

Nível de julgamento		
(x) Global	( ) Por Item	( ) Por Lote

Forma e critérios de seleção do fornecedor		
Aquele que apresentar a proposta que atenda aos requisitos e informações constantes na fase preparatória e, desde que ao final, considerando o critério informado abaixo, seja considerada a proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.		
(**X**) Menor preço	( ) Maior desconto	( ) Técnica e Preço
( ) Melhor Técnica	( ) Melhor Conteúdo Artístico	( ) Maior Retorno Econômico
( ) Outra: com seleção a critério de terceiros - munícipes		

Instrumento de contratação		
( ) Empenho	(x) Contrato	( ) Ata de Registro de Preços

Catálogo Eletrônico de Padronização
(X) **Descrever o motivo da não utilização do catálogo eletrônico de padronização**, cfe. §2º do Art. 19 da Lei 14.133/21: O Município não possui catálogo.
( ) Não se aplica *(Para licitações do tipo melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço ou maior retorno econômico).*

Objeto/Itens

CONFORME SOLICITAÇÃO(ÕES) DE COMPRAS DE MATERIAL/SERVIÇO Nº 1063/2026, EM ANEXO.
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de: vistoria e diagnóstico de poços artesianos; regularização e obtenção de outorga de uso da água junto ao SIOUT RS; execução de adequações construtivas e operacionais; tamponamento de poços inviáveis em conformidade com as normas da SEMA/RS e diretrizes do Programa Poço Legal, conforme segue.

ITEM Nº		Descrição Completa do Item	Qtde	Un	Preço Unit.	Preço Total
1	1.1	Regularização e outorga de 7 (sete) poços artesianos, conforme especificações abaixo.	7	UN	7.050,00	49.350,00
	1.2	Elaboração do projeto de tamponamento de 3 poços artesianos e aprovação do DRH/SEMA para execução da obra, conforme especificações abaixo.	3	UN	4.837,00	14.511,00
					Valor Total Estimado:	**R$ 63.861,00**
					DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO:	**13/08/2026**

Condições de Entrega			
Prazo de Entrega:	**45 dias** a contar da assinatura do contrato ou do recebimento da nota de empenho de despesa, via e-mail.		
Horário(s) de entrega(s):	De segunda a sexta-feira, das 8h30min às 11h30min e das 13h às 17h		
Local(is) de Entrega(s):	(**X**)	Não se aplica	
	( )	Almoxarifado Municipal	Travessa 22 de Outubro, nº 92 - Centro – Boa Vista do Sul/RS
	( )	Outros (especificar):	O prazo para início dos serviços será de até 05 dias após emissão da Ordem de Serviço.

Regras para Recebimento Provisório e/ou Definitivo
Quando do recebimento provisório e/ou definitivo, o(s) fisca(is) do contrato deverão verificar se a **quantidade**, **qualidade** e **pontualidade** da entrega estão em consonância com o constante no contrato ou nota de empenho.

Garantia		
( ) Não se aplica	( ) 90 dias, cfe. art. 26 da Lei 8.078/1990 (CDC)	(X) Outro (especificar abaixo):
A CONTRATADA se responsabilizará pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data do recebimento definitivo do objeto pela CONTRATANTE pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados, bem como pela funcionalidade da obra, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.		

Prazo Contratual	
( ) Não se aplica.	
( ) Até 2 anos, por se tratar de SRP, comprovado o preço vantajoso, cfe. art. 84 da Lei 14.133/21	
(X) Até a conclusão de escopo predefinido, automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, cfe. art. 111 da Lei 14.133/21 (identificar período de vigência previsto ao lado)	Período vigência previsto: **60 dias**
( ) Até 5 anos (serviços e fornecimentos contínuos, aluguel de equipamentos e programas de informática), cfe. art. 106 da Lei 14.133/21. *"Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes."*	Vigência inicial do contrato: XXXXXX
( ) Até 10 anos, cfe. art. 108 da Lei 14.133/21	

Forma de pagamento	
( ) Parcela única, até o 5º (quinto) dia útil após liquidação da respectiva Nota Fiscal, por intermédio da Secretaria Municipal da Fazenda do Município, conforme Decreto Municipal nº 021/2016.	( ) Mensalmente, obedecendo ao previsto no Decreto nº 021/2016, sendo que a liquidação da Nota Fiscal deverá ocorrer até o último dia útil do mês de prestação dos serviços e o pagamento deverá ocorrer até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

(X) Outra forma:

Para o Item 1.1: Será realizado o pagamento do valor total, conforme proposta da empresa vencedora, após encaminhamento de cada requerimento de outorga junto ao SIOUT-RS, mediante apresentação do comprovante de protocolo e da referida nota fiscal.

Para o Item 1.2: O pagamento será realizado em 03 (três) parcelas, sendo:

a) Primeira parcela no valor correspondente a 50% do valor unitário contratado, conforme proposta da empresa vencedora, após encaminhamento de cada projeto de tamponamento junto ao DRH/SEMA, mediante apresentação do comprovante de protocolo e da referida nota fiscal;

b) Segunda parcela no valor correspondente a 40% do valor unitário contratado, conforme proposta da empresa vencedora, após aprovação do projeto e execução do tamponamento do(s) poço(s) artesiano(s), mediante apresentação da referida nota fiscal; e

c) Terceira parcela no valor correspondente a 10% do valor unitário contratado, conforme proposta da empresa vencedora, após Registro da obra de tamponamento junto ao SIOUT-RS, mediante apresentação de comprovante e da referida nota fiscal.

REAJUSTE – QUANDO HOUVER CONTRATO
Não haverá qualquer reajuste durante a vigência do contrato. Os preços inicialmente contratados serão reajustados pelo IPCA, observada a data-base vinculada ao orçamento estimado da contratação e o interregno mínimo de 01 (um) ano, na forma do art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

Exigência(s) de Qualificação(ões) Técnica(s) do(s) Fornecedor(es) e/ou Objeto(s)	
( ) Não se aplica	(**X**) Sim, cfe. detalhado abaixo

Descrever as qualificações técnico-profissionais e/ou técnico-operacionais exigidas:

A contratada deverá atender aos seguintes requisitos:
- Certidão de Registro **da empresa** no Conselho Regional competente, válida;
- Certidão de Registro **do(s) profissional(is) responsável(is)** pela execução dos serviços no Conselho Regional competente, válida;
- Prova de que o(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) mantenham **vínculo** com a empresa, mediante a apresentação de carteira profissional (CTPS), extrato do E-Social ou Contrato de Prestação de Serviço, no caso de vínculo empregatício, dispensado no caso de vínculo societário, o que será comprovado através do contrato social.
- Comprovante de boa execução, através de pelo menos **01 (um) Atestado de Capacidade Operacional**, em nome da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, serviços compatíveis em características com o objeto ora licitado, contendo as seguintes informações mínimas: nome da contratada e do contratante, período de prestação dos serviços e descrição dos serviços executados; e
- Declaração de vistoria, ou dispensa de vistoria, e de pleno conhecimento dos serviços.

A contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

a. Habilitação técnica: A empresa deverá possuir em seu quadro técnico profissional(is) habilitado(s) em Geologia, Engenharia de Minas ou área correlata legalmente habilitada, com registro ativo no respectivo Conselho de Classe, e comprovar experiência anterior em serviços de regularização de poços junto ao SIOUT-RS;
b. Conformidade normativa: Todos os serviços deverão atender rigorosamente às normas técnicas da ABNT, notadamente a NBR 12212:2017 (Projeto de poço tubular para captação de água subterrânea) e a NBR 12244:2006 (Construção de poço tubular para captação de água subterrânea);
c. Legislação aplicável: Observância à Lei Federal nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos), Lei Estadual nº 10.350/1994 (Sistema Estadual de Recursos Hídricos), Decreto Estadual nº 42.047/2002, Decreto Estadual nº 58.058/2025, Portaria SEMA nº 110/2018, Instrução Normativa SEMA nº 05/2023, e demais normativas pertinentes do DRHS/SEMA;
d. Plataforma SIOUT-RS: A contratada deverá realizar todos os procedimentos de cadastro, solicitação de outorga, aprovação de projeto de tamponamento e registro de tamponamento exclusivamente por meio do Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT-RS);
e. ART/CREA: Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para cada poço regularizado ou tamponado;
f. Sigilo e confidencialidade: Manter sob sigilo todas as informações técnicas e dados dos usuários acessados durante a execução dos serviços.

Descrição detalhada dos serviços:

ITEM 1.1 - Regularização e outorga de 7 poços artesianos, contemplando:

A) elaboração de projeto técnico dos poços, por profissional devidamente habilitado, com os estudos e levantamentos necessários à obtenção da outorga;

B) amostragem das águas para análises físico-químicas e microbiológicas, incluindo coleta, encaminhamento ao laboratório e respectivos custos;

C) ensaio de bombeamento/teste de vazão e elaboração dos estudos hidráulicos necessários;

D) elaboração de relatório técnico, perfis construtivo e geológico, projeto operacional, relatório fotográfico e laudo hidrogeológico;
E) execução das adequações construtivas, sanitárias, hidráulicas e operacionais necessárias ao enquadramento dos poços nos padrões exigidos pelo DRHS/SEMA-RS e SIOUT-RS, incluindo, quando necessário, adequação de laje de proteção sanitária, boca e vedação do poço, selo sanitário, hidrômetro, tubulações, registros, drenagem, cercamento, proteção contra contaminação e demais melhorias exigidas pelo órgão competente;
F) fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, peças, acessórios, transporte e demais insumos necessários às adequações;
G) requerimento de outorga junto ao SIOUT-RS, incluindo apresentação dos documentos técnicos e atendimento de eventuais diligências e complementações;
H) acompanhamento do processo até a obtenção da respectiva Portaria de Outorga;
I) emissão das respectivas ARTs dos serviços executados.

Deslocamento e mobilização de equipe.

Elaboração dos projetos, estudos, levantamentos e documentos técnicos necessários à regularização e obtenção da outorga dos poços junto ao DRHS/SEMA-RS, por profissional devidamente habilitado.
Execução de ensaio de bombeamento/teste de vazão, com levantamento dos parâmetros hidráulicos necessários, incluindo nível estático, nível dinâmico, vazão de operação, tempo de bombeamento e demais informações exigidas pelo órgão competente.
Coleta e realização de análises físico-químicas e microbiológicas da água, incluindo acondicionamento, transporte, encaminhamento ao laboratório e todos os respectivos custos.
Elaboração de perfil geológico e construtivo, projeto operacional, memória de cálculo dos parâmetros hidráulicos, relatório técnico, relatório fotográfico e laudo hidrogeológico.

Execução de todas as adequações construtivas, sanitárias, hidráulicas e operacionais necessárias à regularização dos poços, de acordo com as determinações do DRHS/SEMA-RS, SIOUT-RS e normas técnicas da ABNT, especialmente ABNT NBR 12.212 e ABNT NBR 12.244.

As adequações deverão compreender, quando necessárias, a construção, recuperação ou adequação da laje de proteção sanitária; adequação da boca do poço, tampa, lacre e vedação; adequação do selo sanitário e revestimento; instalação ou adequação de cercamento, abrigo ou proteção física; instalação de hidrômetro compatível com o sistema; adequação do sistema de cloração; drenagem e proteção contra entrada de águas superficiais, insetos, resíduos, animais e demais fontes de contaminação, bem como quaisquer outras adequações exigidas pelo DRHS/SEMA-RS para obtenção da outorga.
Mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas, peças, acessórios, transporte e demais insumos necessários à execução integral das adequações deverão ser fornecidos pela Contratada.
Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, adequados à finalidade a que se destinam e atender às normas técnicas aplicáveis, não sendo aceitos materiais usados, remanufaturados ou recondicionados.
A Contratada deverá realizar vistoria e levantamento das condições existentes de cada poço, identificando as adequações necessárias à sua regularização.
As adequações construtivas deverão ser executadas de forma a garantir condições mínimas de proteção sanitária e operação do poço, sendo que a existência de laudos, ensaios ou demais documentos técnicos não substitui a necessidade de o poço encontrar-se fisicamente adequado.
Quando necessária a instalação de hidrômetro, este deverá ser compatível com as características de operação do poço, devendo ser disponibilizadas as informações de fabricante, modelo, número de série, vazão nominal e diâmetro para instrução do processo de outorga.
A Contratada deverá providenciar relatório fotográfico detalhado de cada poço, contemplando a situação inicial, as etapas das adequações executadas e a situação final, incluindo registros da laje de proteção sanitária, boca do poço, hidrômetro, sistema de cloração, abrigo, entorno e demais elementos relevantes.
Após a execução das adequações e conclusão dos estudos técnicos, a Contratada deverá elaborar e apresentar toda a documentação necessária à solicitação da outorga junto ao SIOUT-RS, atendendo também às eventuais diligências, correções e complementações solicitadas pelo DRHS/SEMA-RS.
A Contratada deverá acompanhar os processos de regularização até a emissão das respectivas Portarias de Outorga, realizando, sem custos adicionais à Contratante, as complementações técnicas e documentais necessárias relacionadas aos serviços contratados.
A Contratada deverá apresentar ART do responsável técnico pelos projetos, estudos, ensaios, laudos, relatórios e demais serviços técnicos executados para a regularização e outorga dos poços, acompanhada dos respectivos comprovantes de pagamento.

- Poço 01 – Rua Emancipação, s/n, Centro, Boa Vista do Sul.– Coordenadas: -29,3032°, -51,6605°– Cadastro SIOUT nº 2023/013.624;
- Poço 02 – Sede – Coordenadas: -29,3486°, -51,6790°– Cadastro SIOUT nº 2023/013.621;
- Poço 03 – Linha Carolina Alta; Coordenadas: -29,3820°, -51,6799° – Cadastro SIOUT nº 2023/015.114,;
- Poço 04 – São Luiz de Castro III – Coordenadas: -29,3115°, -51,6437°– Cadastro SIOUT nº 2025/024.464;
- Poço 05 – Travessa Estrada Geral Sede/São Luiz de Castro – Coordenadas: -29,3369°, -51,6669°– Cadastro SIOUT nº 2025/018.896;
- Poço 06 – Sede II– Coordenadas: -29,3335°, -51,6663°– Cadastro SIOUT nº 2023/013.627;
- Poço 07 – Linha David Canabarro – Coordenadas: -29,3519°, -51,6631°– Cadastro SIOUT nº 2021/019.028.

Obs.: No caso de as análises resultarem em água não potável, as mesmas deverão ser repetidas, no mínimo, uma vez. Caso restar comprovada a boa execução por parte da licitante e mesmo assim não ser possível a obtenção de água potável para solicitação da outorga do poço, o Município pagará o valor total devido, mesmo sem a referida outorga.

ITEM 1.2 - Elaboração do projeto de tamponamento de 03 poços e aprovação do DRH/SEMA para execução da obra:

A) Caracterização do poço;
B) Localização geográfica do poço;
C) Fotografias da situação atual do poço;
D) Perfil construtivo/geológico do poço;
E) Especificações e procedimentos para o tamponamento (materiais, volumes, profundidade e etc.)

F) Análise físico-química e bacteriológica da água dos poços exigida para tamponamento (condutividade elétrica, pH, nitratos, sólidos totais dissolvidos, coliformes totais e coliformes termo-tolerantes);
G) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Deslocamento e mobilização de equipe.

Execução de tamponamento dos poços, de acordo com o projeto aprovado, determinações dadas pelo DRH/SEMA-RS e normas técnicas da ABNT, relatório fotográfico das etapas, para apresentação e registro após a obra junto ao SIOUTRS.

Nivelamento das estruturas com superfície do terreno.

Mão de obra.

Todos os serviços devem atender às normas da ABNT NBR 15575 Desempenho, NBR 16280 Reformas e às normas de segurança do trabalho NR-18 e NR-35. A Empresa deverá em seu quadro técnico ou contratar um técnico de SEGURANÇA DO TRABALHO para acompanhar os serviços em tempo integral e estabelecer diretrizes de segurança e saúde no meio ambiente de trabalho, abranger aspectos gerais como instalação sistemas de proteção contra quedas, e a necessidade de medidas específicas para o trabalho em altura, como o uso de pontos de ancoragem, que devem seguir o estabelecido na NR-35 que exige que as empresas forneçam equipamentos de proteção, realizem exames médicos, gerenciem a Análise de Risco (AR) e a Permissão de Trabalho (PT), e forneçam treinamento para os trabalhadores e também aborda o uso correto de equipamentos como cintos de segurança, trava-quedas e o sistema de ancoragem.

Materiais (brita, areia e cimento, etc). Todos os materiais deverão ser novos, de 1ª qualidade e dentro das Normas ABNT- NBR, não serão aceitos materiais usados, remanufaturados ou recondicionados.

*O tamponamento deverá consistir em duas etapas de realização. Primeiro deverá ser enviado o Projeto de Tamponamento, ao Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento que, após aprovado, poderá ser realizada a Obra de Tamponamento, sendo que a execução da Obra de tamponamento somente poderá ser realizada após a autorização, emitida pelo DRH, de aprovação do Projeto de tamponamento.

*O projeto de tamponamento deverá constar:

(a) Informar as profundidades dos preenchimentos com material inerte e com a pasta de cimento; (b) Quantificar o volume dos materiais a serem empregados; (c) Justificativa para a vedação do poço. *Independentemente do estabelecimento da profundidade em que se encontra a rocha sã ou mesmo da profundidade que porventura possa existir uma vedação sanitária, o preenchimento com cimento nunca deve ser inferior a 2 metros de profundidade a partir da superfície do terreno, para o caso de poços tubulares e ponteiras, preenchendo-se a parte inferior com o material inerte acima citado. *A saliência da captação existente acima da superfície do terreno deverá ser destruída, sendo que o local do poço após o lacre e tamponamento deverá ficar nivelado com a superfície do terreno. *Após a aprovação do Projeto emitida pelo DRH, o usuário deverá executar a obra de tamponamento e, posteriormente, apresentar os seguintes documentos para a obtenção da Aprovação do Tamponamento: (a) Relatório descritivo detalhado de cada etapa do processo de tamponamento;

(b) Documentação fotográfica detalhada de cada etapa do tamponamento e do local do poço tamponado após ser concluída a obra.

(c) A Contratada deverá providenciar relatório fotográfico com fotos de cada fase do processo de desativação do poço artesiano que deverá ser entregue no final, conforme determinação do Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento, com uma cópia para a Contratante.

*A Contratada deverá apresentar ART do responsável técnico pelos dados apresentados para a regularização – tamponamento, e seus comprovantes de pagamentos.

- **Poço 08** – 15 da Boa Vista - Domingos Poletto – Coordenadas: -29,3356°, --51,6514° – Cadastro SIOUT nº 2025/018.539-1.
- **Poço 09** – Tiradentes Sociedade – Coordenadas: -29,3330°, -51,6874° – Cadastro SIOUT nº 2025/024.506-1.
- **Poço 10** – Tiradentes 1 – Coordenadas: -29,3465°, -51,6816°– Cadastro SIOUT nº 2023/015.108-1.

Estimativa do valor da Contratação
Estima-se para a aquisição almejada o valor total estimado de R$ 63.861,00. Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 012/2023, que "Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Boa Vista do Sul, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021". A pesquisa de preços foi realizada através de pedidos formais de cotação, através de e-mails enviados para empresas do ramo, Dispensa 92/2026 da Prefeitura Municipal de Jaquirana, Ata de adjudicação do pregão eletrônico Nº 008/2026 da Prefeitura Municipal de Charrua, Contrato 038/2026 da Prefeitura Municipal de Vila Maria, Contrato 89/2026 da Prefeitura Municipal de São José do Norte e Contrato 89/2026 da Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito, obtidos junto ao portal LicitaCon do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, tudo conforme anexos.

Adequação orçamentária	
( ) Não se aplica, pois se trata de SRP.	( ) Não se aplica, pois se trata de concessão onerosa.
(**X**) Cfe. evidenciado na Solicitação de Compra de Material/serviço Nº 1063/2026, em anexo.	

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Conforme Estudo Técnico Preliminar, em anexo.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal nº 011/2023, que "Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Boa Vista do Sul/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021".

Boa Vista do Sul, 05 de agosto de 2026.

_____

Luiz Luca
Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Viação

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº xxx/xxxx

Prazo: de xx de xxxxx de XXXX a xx de xxxxxx de XXXX
Valor: R$ xxxxxxxx
Origem: Licitação Modalidade Pregão Eletrônico nº xx

O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa e executiva na Rua Emancipação, nº 2.470, inscrita no CNPJ/MF/Nº 01.602.022/0001-94, neste ato, representado pelo(a) Sr(a). ***xxxxxxxxxx***, xxxxx, xxxxx, residente e domiciliado(a) xxxxxx, inscrito(a) no CPF/MF sob nº xxxxxx, portador(a) da Cédula de Identidade nº xxxxxxxxx, de ora em diante denominado **CONTRATANTE** e a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua ....., nº ..., na cidade de ...../RS, inscrita no CNPJ/MF/Nº 00.000.000/0000-00, neste ato representada pelo ....., ..., inscrito no CPF/MF/Nº ....., residente e domiciliado a Rua ....., nº ..., em ...../RS, doravante denominada **CONTRATADA**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 11/2023, bem como no disposto no Edital de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico nº xxxx, celebram este contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

Contratação de empresa para prestação de serviços de regularização e obtenção de outorga de uso de recursos hídricos, elaboração de projetos, licenciamentos e execução de tamponamento de poços pertencentes ao Município de Boa Vista do Sul, tudo conforme rege o Edital de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico nº 053/2026.

XXXXXXXXXXXXX, *mencionar a descrição completa do item*

Parágrafo primeiro – Todos os serviços deverão atender às normas técnicas aplicáveis, especialmente à ABNT NBR 12.212 e à ABNT NBR 12.244, além da legislação vigente, Lei Federal nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos), Lei Estadual nº 10.350/1994 (Sistema Estadual de Recursos Hídricos), Decreto Estadual nº 42.047/2002, Decreto Estadual nº 58.058/2025, Portaria SEMA nº 110/2018, Instrução Normativa SEMA nº 05/2023 e demais normativas pertinentes do DRHS/SEMA-RS.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA deverá realizar todos os procedimentos de cadastro, solicitação de outorga, aprovação de projeto de tamponamento e registro de tamponamento exclusivamente por meio da plataforma do Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT-RS).

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para cada poço regularizado ou tamponado.

Parágrafo quarto – A CONTRATADA deverá manter sob sigilo todas as informações técnicas e dados dos usuários acessados durante a execução dos serviços.

Parágrafo quinto – Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a CONTRATADA deverá refazê-los observando as condições estabelecidas para a prestação. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

Parágrafo sexto – Será vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto deste instrumento.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O preço total estipulado entre as partes é de R$ X.XXX,XX (XXXXXXXXXXXX), para prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira, tudo conforme proposta vencedora da licitação, aceita pelo CONTRATANTE, entendido este como preço justo e correto para a prestação dos serviços, objeto do contrato, sendo os valores unitários os seguintes:

ITEM Nº		Descrição Completa do Item	Qtde	Un	Preço Unitário R$	Preço Total R$
1	1.1	**Regularização e outorga dos poços artesianos relacionados abaixo, conforme especificações do objeto.** • Poço 01 – Rua Emancipação, s/n, Centro, Boa Vista do Sul.– Coordenadas: -29,3032°, -51,6605°– Cadastro SIOUT nº 2023/013.624; • Poço 02 – Sede – Coordenadas: -29,3486°, -51,6790°– Cadastro SIOUT nº 2023/013.621; • Poço 03 – Linha Carolina Alta; Coordenadas: -29,3820°, -51,6799° – Cadastro SIOUT nº 2023/015.114,; • Poço 04 – São Luiz de Castro III – Coordenadas: -29,3115°, -51,6437°– Cadastro SIOUT nº 2025/024.464; • Poço 05 – Travessa Estrada Geral Sede/São Luiz de Castro – Coordenadas: -29,3369°, -51,6669°– Cadastro SIOUT nº 2025/018.896; • Poço 06 – Sede II– Coordenadas: -29,3335°, -51,6663°– Cadastro SIOUT nº 2023/013.627; • Poço 07 – Linha David Canabarro – Coordenadas: -29,3519°, -51,6631°– Cadastro SIOUT nº 2021/019.028.	7	UN	xxxx	xxxxx
	1.2	**Elaboração do projeto de tamponamento e aprovação do DRH/SEMA para execução da obra dos poços artesianos relacionados abaixo, conforme especificações do objeto:** • Poço 08 – 15 da Boa Vista - Domingos Poletto – Coordenadas: -29,3356°, --51,6514° – Cadastro SIOUT nº 2025/018.539-1. • Poço 09 – Tiradentes Sociedade – Coordenadas: -29,3330°, -51,6874° – Cadastro SIOUT nº 2025/024.506-1. • Poço 10 – Tiradentes 1 – Coordenadas: -29,3465°, -51,6816°– Cadastro SIOUT nº 2023/015.108-1.	3	UN	xxxx	xxxxx

Parágrafo primeiro – O pagamento será efetuado da seguinte maneira:

Para o Item 1.1: Será realizado o pagamento do valor total, conforme proposta da empresa vencedora, após encaminhamento de cada requerimento de outorga junto ao SIOUT-RS, mediante apresentação do comprovante de protocolo e da referida nota fiscal.

Para o Item 1.2: O pagamento será realizado em 03 (três) parcelas, sendo:

a) Primeira parcela no valor correspondente a 50% do valor unitário contratado, conforme proposta da empresa vencedora, após encaminhamento de cada projeto de tamponamento junto ao DRH/SEMA, mediante apresentação do comprovante de protocolo e da referida nota fiscal;

b) Segunda parcela no valor correspondente a 40% do valor unitário contratado, conforme proposta da empresa vencedora, após aprovação do projeto e execução do tamponamento do(s) poço(s) artesiano(s), mediante apresentação da referida nota fiscal; e

c) Terceira parcela no valor correspondente a 10% do valor unitário contratado, conforme proposta da empresa vencedora, após Registro da obra de tamponamento junto ao SIOUT-RS, mediante apresentação de comprovante e da referida nota fiscal.

Parágrafo segundo - A empresa contratada, para recebimento das parcelas, deverá comprovar o recolhimento do FGTS e INSS, caso incida. A CONTRATADA ficará sujeita a matrícula do INSS ou retenção para a seguridade Social, no que couber, sendo processadas as retenções a título de contribuição previdenciária conforme Instrução Normativa MPS/SRP nº 03, de 14 de julho de 2005. Caso não incida, a CONTRATADA deverá comprovar a inexigibilidade das retenções.

Parágrafo terceiro - O imposto sobre serviços será retido pelo Município, na forma e percentuais previstos na Lei Municipal 388/2003 (Código Tributário Municipal) ou, se for o caso, com base no que dispõe a legislação do Simples Nacional.

Parágrafo quarto - Junto ao corpo da Nota Fiscal/Fatura é recomendado fazer constar, para fins de pagamento, informações relativas ao nome e número do banco, da agência e da c/c da contratada, bem como, se a empresa é optante do “SIMPLES”.

Parágrafo quinto - Em sendo optante do ‘SIMPLES” a CONTRATADA deverá apresentar documento expedido pela Receita Federal demonstrando essa condição, bem como declaração

firmada por Contador indicando em qual Anexo da LC nº 123/06, em qual faixa de tributação a mesma se enquadra e qual o percentual que deverá ser descontado referente ao ISSQN. O descumprimento da exigência contida neste item ocasionará o não pagamento do valor até a regularização desta reivindicação.

Parágrafo sexto - Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município observará o disposto no art. 64 da Lei Federal nº 9.430/1996 e também a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012.

Parágrafo sétimo - Ocorrendo atraso no pagamento por parte e culpa da CONTRATANTE, ou seja, após o 5º dia útil da liquidação, os valores poderão ser corrigidos com base no percentual acumulado do IPCA, referente aos últimos 12 meses apurados.

Parágrafo oitavo - A CONTRATADA deverá observar as regras pertinentes à CBS e o IBS, especialmente a Lei Complementar nº 214/2025, o Regulamento expedido pelo Comitê Gestor do IBS e demais normativas técnicas vigentes na emissão do documento fiscal.

CLAUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

ÓRGÃO	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS SERVIÇOS URBANOS E VIAÇÃO
UNIDADE	02	SETOR DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO
FUNÇÃO	17	Saneamento
SUBFUNÇÃO	511	Saneamento Básico Rural
PROGRAMA	0029	Água Potável para Todos
ATIVIDADE	2098	Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água
FR STN	500	Recursos não Vinculados de Impostos
CO STN	0000	Não se Aplica
FR GERENCIAL	0001	RECURSO LIVRE
3.3.90.39.16.00.00.00	8642	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA

O prazo para execução das obrigações de responsabilidade direta da CONTRATADA será de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço, conforme definido no Termo de Referência. O acompanhamento dos processos perante o DRHS/SEMA-RS até a emissão das respectivas decisões ou Portarias não ficará limitado a esse prazo quando depender de análise, diligência ou ato de terceiro, observando-se, quanto à conclusão do escopo, o disposto no art. 111 da Lei nº 14.133/2021, quando cabível.

Parágrafo único – O presente contrato terá vigência inicial de 60 (sessenta) dias a contar da data do contrato, ou seja, até xx de xxxx de xxxx, prorrogando-se automaticamente, quando cabível, até a conclusão do escopo, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso o objeto não seja concluído no período firmado por motivo não imputável à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados serão reajustados pelo IPCA, observada a data-base vinculada ao orçamento estimado da contratação e o interregno mínimo de 01 (um) ano, na forma do art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando- se a repartição objetiva de risco estabelecida.

Parágrafo primeiro - O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo **CONTRATANTE** ou solicitado pela **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo - Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o **CONTRATANTE** responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

Parágrafo terceiro - Dentro do prazo previsto no parágrafo segundo, o **CONTRATANTE** poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a **CONTRATADA** ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

I - Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos serviços executados, nos termos do presente instrumento;

II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

III – Determinar as providências necessárias quando os serviços não estiverem sendo realizados na forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes, quando for o caso;

IV - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços objeto desse contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I – Executar os serviços com estrita observância às especificações contidas neste contrato e no Termo de Referência, anexo ao edital, inclusive em relação à qualidade dos materiais e ao prazo de execução, bem como aos termos da sua proposta;

II - Providenciar a anotação da responsabilidade técnica – ART de execução junto ao respectivo conselho profissional;

III - Indicar preposto para ser seu representante durante a execução do presente contrato;

IV - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

V - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados utilizados na prestação do serviço, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

VI – Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

VII - Observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis à obra no que tange à segurança, solidez e perfeita execução das obras objeto deste contrato.

VIII - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

IX - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;

X - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços efetuados em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço contratado;
XI - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e em contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Em caso de cometimento das infrações abaixo descritas a licitante ou a CONTRATADA estará sujeita às devidas penalidades.

Parágrafo primeiro – A licitante ou a Contratada incidirão em infração quando:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
m) não assinar a ata de registro de preços, se for o caso.

Parágrafo segundo - Serão aplicadas à licitante ou a CONTRATADA que incidir nas infrações administrativas previstas no parágrafo anterior, as sanções/penalidades abaixo descritas:
a) advertência, quando der causa à inexecução parcial do contrato, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
b) multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor da obrigação em atraso, quando houver retardamento injustificado da execução;
c) multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida, nos casos de inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de penalidade mais grave quando cabível;
d) multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor total contratado, nos casos de inexecução total do contrato, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de penalidade mais grave quando cabível;
e) impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando do cometimento das infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do parágrafo primeiro, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando do cometimento das infrações administrativas previstas nas alíneas “i”, “j”, “k” e “l” do parágrafo primeiro, bem como pelas infrações previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento.

Parágrafo terceiro - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do parágrafo segundo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo parágrafo.

Parágrafo quarto - Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo quinto - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo sexto - A aplicação das sanções previstas no parágrafo segundo deste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo sétimo - Na aplicação das sanções previstas nas alíneas "b" e "e" do parágrafo segundo do presente contrato, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Parágrafo oitavo - Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "b", "c", "d" e "f" do parágrafo segundo do presente contrato dependerá de instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de no mínimo 3 (três) servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Parágrafo nono - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Parágrafo décimo - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Parágrafo décimo primeiro - A sanção estabelecida na alínea "d" do parágrafo segundo será precedida de análise jurídica e observará e será aplicada pela autoridade máxima municipal.

Parágrafo décimo segundo - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo décimo terceiro - A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "l" do parágrafo primeiro exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Primeiro – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Parágrafo Segundo – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Parágrafo Terceiro – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este parágrafo ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
Parágrafo Quarto - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo Quinto - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
Parágrafo Sexto - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Parágrafo Sétimo - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
Parágrafo Oitavo - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) indenizações e multas.
Parágrafo Nono - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Federal n.º 14.133/2021).
Parágrafo Décimo - O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas federais de aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
Parágrafo Segundo – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS VEDAÇÕES

É vedado à CONTRATADA:
a) caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Não obstante o fato de a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, objeto desta licitação, a Administração, através de seus servidores ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.

Parágrafo primeiro - A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.

Parágrafo segundo - As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução dos serviços deverão ser registradas pela Administração, produzindo estes registros os efeitos de direito.

Parágrafo terceiro - A fiscalização será exercida pelo servidor xxxxxxxxx, da Secretaria Municipal de xxxxxxx, que poderá determinar o não pagamento de serviços executados em desconformidade com o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÁBADO – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Garibaldi - RS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, para que produza todos os jurídicos e legais efeitos.

Boa Vista do Sul, ___ de _____ de _____.

MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO SUL
xxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxx
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____
Nome: Nome:
CPF: CPF:

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE VISTORIA E DE PLENO CONHECIMENTO TÉCNICO DOS SERVIÇOS E DOS LOCAIS

A empresa....., CNPJ/MF sob o n° ....., situada ..... (Endereço completo), por intermédio de seu Representante Legal/Preposto, o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da carteira de identidade n.º ..... e do CPF n.º ....., declara que visitou e tem pleno conhecimento da(s) obra(s) e dos serviços a serem executados, dos locais da execução das obras, bem como sua acessibilidade, dos quantitativos e custos estimados, aceitando as condições que se apresentarem, assumindo os riscos e a total responsabilidade pela boa e completa execução do objeto licitado, não podendo fazer alegações futuras quanto ao que foi verificado, tudo conforme proposta financeira apresentada.

Local, _____ de _____ de ____.

_____
Assinatura do representante da Empresa:
Nome do representante da Empresa:

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA POR MANIFESTA VONTADE

A empresa....., CNPJ/MF sob o n° ....., situada ..... (Endereço completo), por intermédio de seu Representante Legal/Preposto, o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da carteira de identidade n.º ..... e do CPF n.º ....., declara, sob as penalidades da lei, que dispensou por manifesta vontade a realização de visita aos locais das obras, mas possui pleno conhecimento de todas as informações necessárias e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços objeto da licitação, aceitando as condições que se apresentarem, assumindo os riscos e a total responsabilidade pela boa e completa execução do objeto licitado, não podendo fazer alegações futuras, tudo conforme proposta financeira apresentada.

Local, _____ de _____ de ____.

_____
Assinatura do representante da Empresa:
Nome do representante da Empresa: